

Nota Prévía

Manuel I. Miguéns*

O Conselho Nacional de Educação publicou, há cerca de dez anos, um Estudo sobre “*Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais*” que foi desenvolvido por uma equipa liderada pelo saudoso Professor Joaquim Bairrão Ruivo (Bairrão, J., 1999). No mesmo ano, o CNE organizou um Seminário sobre Educação Inclusiva (CNE, 1999) no qual se discutiram as principais questões relacionadas com a inclusão, as necessidades educativas especiais, os apoios educativos e as mudanças a introduzir no nosso sistema. Na sequência destas iniciativas, o CNE aprovaria, já em 1999, um Parecer relativo a este tema (Parecer 1/1999). Em 2004, o Conselho voltava a debruçar-se sobre a matéria ao apreciar o ante-projecto de Decreto-Lei relativo ao Regime de Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo (Parecer 9/2004).

O Debate Nacional sobre Educação (www.debatereducacao.pt/; Relatório Final do Debate Nacional sobre Educação, 2007) procurou dar a melhor atenção às matérias relativas à educação especial.

O documento preparatório do DNE respeitante à área temática – Qualidade e Equidade na Educação – referia importância das questões relativas às pessoas com necessidades educativas especiais e acrescentava: *“As crianças portadoras de deficiências integradas no ensino regular têm muito a ganhar com esse convívio mais estimulante do que em instituições especializadas. Mas, por outro lado, se a “integração” for entendida apenas como presença física, se não houver apoios, formação de professores e um ambiente de cuidado e atenção a cada uma das crianças, tal política pode ser mais penalizadora e factor de exclusão do que promotora de inclusão, de aprendizagem e de capacitação. Que condições serão necessárias para que as crianças com deficiência (e haverá que especificar o tipo de deficiência) sejam integradas com êxito no ensino regular? A integração será sempre a solução?”*

* Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Já nos contributos enviados para o Debate se salientava a necessidade de efectivo apoio ao ensino especial e a importância de os currículos de formação de professores incluírem disciplinas referentes à deficiência e às necessidades educativas especiais. Em vários destes contributos defendia-se insistentemente uma abordagem inclusiva das crianças com necessidades educativas especiais, devido a deficiências físicas ou mentais, bem como a disponibilização de apoios específicos que exigem formação especializada para quem intervém junto dos alunos com deficiência.

De entre as recomendações elencadas no âmbito da área temática – Qualidade e Equidade na Educação – refere-se, igualmente, a necessidade da participação de outros profissionais, para além dos professores, na vida das escolas, nomeadamente, a nível da educação especial. Tal como se afirma nas conclusões do Relatório Final do DNE: *“A escola precisa de estar menos isolada e tem de contar com mais apoio local por parte de um amplo leque de instituições e actores sociais. A sua nobre e fundamental missão central tem de continuar a ser desempenhada com qualidade, tendo os professores o papel insubstituível no processo de ensino-aprendizagem, mas contando com a cooperação de outros profissionais, estejam eles dentro da escola, como psicólogos e especialistas de educação especial, ou fora dela, como acontece realmente na maior parte deles. (...) As instituições escolares, bens preciosos das comunidades, carecem de uma maior articulação (horizontal) local com outras instituições sociais, tendo em vista poderem concentrar-se na sua missão e facultar a todos os seus alunos as condições que lhes permitam alcançar os melhores resultados.”*

Um dos contributos relevantes para o Debate nesta matéria, seria dado pela realização de um seminário que resultou de uma parceria do Conselho Nacional de Educação com a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO). A presente publicação, que dá continuação às edições resultantes do Debate Nacional sobre Educação, contém as intervenções proferidas no seminário *“De olhos postos na Educação Especial”* em que participaram, para além das entidades organizadoras, técnicos e especialistas do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração

das Pessoas com Deficiência e da DGIDC, formadores de professores de educação especial, professores de apoio educativo e do ensino regular, alunos com necessidades educativas especiais, entre outros.

São os relatos dos seus testemunhos e do debate que se lhes seguiu que constituem o essencial deste livro que o CNE edita integrado nas publicações relativas ao Debate Nacional sobre Educação.

